



**CÂMARA MUNICIPAL
DE ARACRUZ**

| | | | |
|------------------|------------------|----------------------------|----------------------------|
| N.º do Processo | Nº do Protocolo | Data do Protocolo | Data de Elaboração |
| 2781/2025 | 2844/2025 | 09/07/2025 11:32:51 | 09/07/2025 11:32:50 |

Tipo

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO

Número

50/2025

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

MARCELO CABRAL SEVERINO

Ementa:

INSTITUI A COMENDA PASTOR GEDETI VICTALINO TEIXEIRA GUEIROS







Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

“O ministério é maior que a vida.”
— Pr. Gedelti Gueiros.

O Projeto de Lei ora encaminhado tem como finalidade prestar uma homenagem permanente à memória e ao legado do Pastor Gedelti Victalino Teixeira Gueiros, figura singular da fé cristã em nosso Estado, que dedicou sua longa e frutífera vida à pregação do Evangelho, à edificação espiritual de milhares de pessoas e à construção de uma obra que hoje ultrapassa fronteiras nacionais.

Nascido em 1931, em Bom Jesus do Itabapoana, o Pastor Gedelti Gueiros mudou-se ainda criança para Vila Velha e, desde muito jovem, demonstrou um coração dedicado à Palavra de Deus. Iniciou sua caminhada cristã na Igreja Presbiteriana, onde exerceu os cargos de diácono e presbítero, até que, guiado por uma firme convicção espiritual, liderou, em 1968, a fundação da Igreja Cristã Maranata, da qual foi o primeiro presidente.

Não há como falar da fé evangélica no Espírito Santo – ou no Brasil – sem mencionar o nome do Pastor Gedelti. Visionário, firme em seus princípios, profundo conhecedor das Escrituras, foi também professor, escritor, conferencista e responsável pela estruturação de um dos maiores sistemas de comunicação cristã do país. Seu compromisso com a evangelização ultrapassou os púlpitos: alcançou os lares, as escolas, os meios digitais e os corações.

Durante mais de 50 anos, guiou a Igreja com zelo, promovendo a doutrina da fé viva por meio de seminários, livros, missões e transmissões em tempo real, alcançando milhares de irmãos em todos os continentes. Implantou iniciativas como a Rádio e TV Maanaim, o serviço de atendimento 0800 para oração e aconselhamento, e apoiou ativamente ações sociais em regiões carentes, como a Amazônia e o sertão nordestino. Criou ainda a Escola Edward Dodd, integrando fé e ensino de excelência para as novas gerações.

Não bastasse sua atuação pastoral, foi também um respeitado professor universitário e cirurgião-dentista, tendo recebido diversas honrarias, como a Comenda Jerônimo Monteiro (pelo Governo do Estado), a Comenda Gilson Coutinho Barros (pela





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Assembleia Legislativa do ES) e o título de Doutor Honoris Causa em Direito Social e Humanitário.

Aos 93 anos, após uma vida inteira dedicada ao serviço de Deus e da comunidade, o Pastor Gedelti Gueiros partiu no dia 5 de julho de 2025. Seu falecimento provocou comoção em todo o Estado, sendo decretado luto oficial de três dias pelos municípios da Grande Vitória e pelo Governo do Estado. Centenas de fiéis compareceram ao velório no Maanaim de Carapina, onde foram celebradas despedidas repletas de gratidão, lágrimas e louvor. O cortejo de mais de 38 quilômetros até o sepultamento em Ponta da Fruta foi um testemunho vivo do carinho e do respeito de todo o povo capixaba.

Em uma de suas últimas mensagens, o Pastor Gedelti disse:

“A vida é um jardim onde as saudades estão plantadas. [...] A morte não é a pior coisa. Para muitos, é a melhor coisa. Porque o homem vai viver a vida plena. É um novo dia que raia, uma madrugada nova.”

É por essa vida que floresceu em tantos corações e por esse legado de fé, amor, serviço e coragem que esta Comenda Pastor Gedelti Victalino Teixeira Gueiros é proposta. Que ela possa, ano após ano, reconhecer em outros homens e mulheres o mesmo espírito de dedicação, humildade e fidelidade que marcou sua trajetória. Que sua memória siga viva, e seu exemplo continue inspirando gerações, sendo assim, solicito aos nobres vereadores o apoio à aprovação deste Projeto de Lei.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340033003600320030003A005000

Assinado eletronicamente por **MARCELO CABRAL SEVERINO** em 09/07/2025 11:32

Checksum: **60DF4CDEB063E47E4C8DBA8C059940C08D1D28497C580BFA8F1372F4114B73D8**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
como identificador 340033003600320030003A005000
conforme MP n° 2.200-2/2001 que institui o Assinador Digital e
conforme MP n° 410/2002 que institui o Arquivo Público Nacional - ICP-Brasil.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 050/2025

EMENTA: Institui a Comenda Gedelti Victalino Teixeira Gueiros.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que visa instituir a Comenda Gedelti Victalino Teixeira Gueiros.

Passo a opinar.

II. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 70, I, "a" e "e" do mesmo diploma legal, à *"Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno"*.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Lei do Legislativo em comento.

III. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO:

O artigo 30, incisos I e II da Carta Magna Brasileira contem a previsão da competência legislativa dos municípios, que é exclusiva destes em se tratando de interesse local, configurando flagrante inconstitucionalidade normas federais ou estaduais que tratem sobre o tema.

Lado outro, o inciso II do supracitado dispositivo legal garante aos municípios a

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cadmus.es.gov.br/verificacao> como identificação 832036008320360083908A70054005200436008600509010 Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls32



- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

III - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 22;

IV - criação e atribuições das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.

Diante de todo exposto, não se trata de matéria incluída no rol de competência privativa do executivo, razão pela qual a competência é comum/concorrente.

V. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE:

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492

Autenticação: 30061689/2004-40. Site: <http://www.compasso.com.br/autenticidade>
como identificado 83203600320362033903A705440522043600360050101. Assimado digitalmente
conforme MP n.º 2.200-2/2004, conforme o Regulamento da Infraestrutura de Certificação Digital, de 2004, da Brasileira - ICP-Brasil.





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330036003500320031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 17/09/2025 09:34

Checksum: **E537E8AFB40E3A170576D3C5E8754763C161E21A07ECBE1A35C283B7A8DCD00B**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 17/09/2025 10:07

Checksum: **5AEA2F6028E2E686C52CA89BD39C37814D3ABD316ADB7AA1A834FE31F4335882**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 18/09/2025 11:52

Checksum: **5A6E50AF1D6DCFEC809E60F971592CF527B15C9B68D557E392D5E26250412453**





PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DO CIDADÃO, HONRARIAS E SEGURANÇA

Relator: Vereador Alex Hander Pereira Daniel

A proposição foi encaminhada a esta Comissão para análise e emissão de parecer quanto ao mérito.

A criação da comenda busca valorizar uma figura de reconhecida importância espiritual e social, cuja trajetória está ligada à promoção da fé cristã e de ações de alcance comunitário. Trata-se de justa homenagem a personalidades que dedicam sua vida ao bem-estar coletivo e ao fortalecimento dos valores éticos e morais em Aracruz.

O projeto cria um instrumento permanente de valorização pública de cidadãos e cidadãs que contribuam de forma efetiva com o desenvolvimento moral e social da cidade. Essa iniciativa reforça o vínculo da Câmara Municipal com a preservação da memória e a promoção de exemplos de cidadania e solidariedade.

Diante do exposto, voto **favoravelmente** à aprovação do **PLL nº 50/2025**, por entender que a homenagem é justa, relevante e de grande valor espiritual e comunitário.

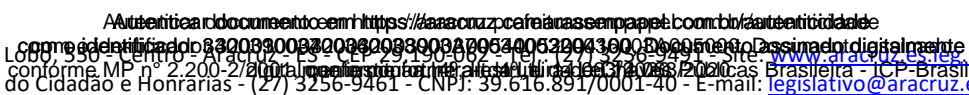
Assim, recomenda-se a tramitação regular da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Aracruz, 29 de outubro de 2025.



Comissão Permanente de Defesa do Cidadão, Honrarias e Segurança

Vereador Relator – Comissão Permanente de Defesa do Cidadão, Honrarias e Segurança



PROTOCOLLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330039003400340038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ALEX HANDER PEREIRA DANIEL** em **29/10/2025 14:58**

Checksum: FE59185B72771B7D70828910C128A58D92DE9C31DA47098E4D99CEAC6CAD35EF

Assinado eletronicamente por **MARCELO CABRAL SEVERINO** em 30/10/2025 07:39

Checksum: AED8CDF8A55B92730ABCAF3C2347E23E66EEEE6FC9038271E081853C16249059

Assinado eletronicamente por **JOSÉ MIGUEL VIEIRA ROSA** em 30/10/2025 07:40

Checksum: 9D490853C6F80D773D84C2436F745C26713536B78874867028105CFA9602FE8F



Autenticar documento em <https://scaacruzcaraibassensppel.com.br/autenticidade>
como identificado 8302090038020900380038003800640062004360036005600Passim do digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2004, no anexo I do MP n° 414, de 16 de Março de 2008, e da Lei n° 12.366/2010, da Brasileira - ICP-Brasil.





A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

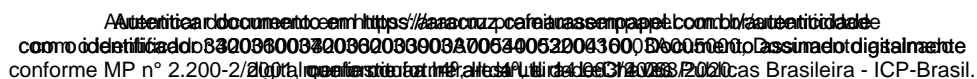
A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94). Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua.

[HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010]

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.





3. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

A competência legislativa dos municípios está prevista nos incisos I e II do art. 30 da Carta da República, *in verbis*:

Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é exclusiva do Município, de forma que qualquer norma federal ou estadual que trate de temas de relevância predominantemente local é inconstitucional.

Por outro lado, no uso da competência suplementar, os municípios podem suprir as lacunas da legislação federal e estadual, regulamentando as respectivas matérias para ajustar a sua execução às peculiaridades locais. Entretanto, não podem contraditar a legislação federal e estadual existente, tampouco extrapolar sua competência para disciplinar apenas assuntos de interesse local.

Não há uma enumeração constitucional, expressa e taxativa, dos chamados assuntos de interesse local, de competência do ente municipal. Deverão eles ser identificados caso a caso, a partir da aplicação do *princípio da predominância do interesse*.

O princípio da predominância do interesse parte da premissa de que há assuntos que, por sua natureza, devem, essencialmente, ser tratados de maneira uniforme em todo o País e outros em que, no mais das vezes, é possível ou mesmo desejável a diversidade de regulação e atuação do Poder Público, ou em âmbito regional, ou em âmbito local.

Logo, se a matéria é de interesse predominantemente geral, a competência é outorgada à União. Aos estados são reservadas as matérias de interesse predominantemente regional. Cabe aos municípios a competência sobre as matérias de interesse predominantemente local.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fixadas essas premissas, passo a verificar se o Município tem competência para legislar sobre a matéria.

Nos termos dos art. 22, XXIV e art. 35, VI da Lei Orgânica Municipal compete à Câmara Municipal instituir e conceder título, honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município.

Como se vê, a presente proposta está inserida na competência legislativa do Município, posto que busca homenagear líderes religiosos que se destacarem na prestação de relevantes serviços espirituais, sociais e comunitários no município, bem como, os membros que tenham atuação reconhecida no fortalecimento da fé cristã e no serviço à comunidade.

4. DA INICIATIVA LEGISLATIVA

Em regra, a iniciativa legislativa é geral, competindo concorrentemente aos vereadores, às comissões, ao Prefeito e ao povo a proposição de normas jurídicas em âmbito municipal (emendas à Lei Orgânica e leis ordinárias).

Entretanto, a própria Constituição reserva a iniciativa de determinadas matérias ao chefe do Executivo. Nesse sentido, dispõe o art. 61, § 1º, e 165 da CF/88:

Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública





f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

O princípio da simetria exige que os Estados e os Municípios adotem, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, os princípios fundamentais e as regras de organização existentes na Constituição, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Destaque-se que nos termos da Constituição Federal (art. 63) e da Lei Orgânica Municipal (art. 31) é vedado o aumento de despesa nos projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo e nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º da CF e no art. 95, § 2º e 30 da LOM.

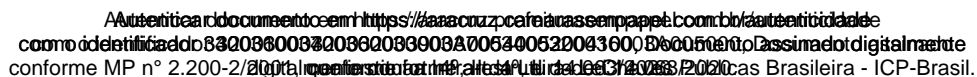
Posto isto, cumpre verificar se o proponente tem competência para dar início ao processo legislativo no presente caso.

In casu, a matéria objeto do projeto de lei em análise não está incluída no rol taxativo das iniciativas privativas do chefe do Poder Executivo.

Trata-se, portanto, de matéria de iniciativa comum.

Analisando o projeto em epígrafe, *s.m.j.*, não vislumbro incompatibilidade entre a matéria proposta e as regras/princípios estabelecidos na Constituição.

5 de 7







PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330036003400300030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MAURICIO XAVIER NASCIMENTO** em 15/09/2025 15:06

Checksum: **4AFF7777A144560B7377D40896889EF1DC9AF0840B44E890EACC7E24FE85DC0B**





MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 42ª Sessão Ordinária

Data: 01/12/2025

Proposição: Projeto de Lei nº 050/2025 – Institui a Comenda Pastor Gedelti Victalino Teixeira Gueiros, no Município de Aracruz, e dá outras providências.

| Nº | VEREADOR | PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA | | | PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS | | |
|----|---|--------------------------------|-----|-----------|---------------------------------|-----|-----------|
| | | Sim | Não | Abstenção | Sim | Não | Abstenção |
| 01 | ADRIANA GUIMARÃES MACHADO | X | | | X | | |
| 02 | ALEX HANDER PEREIRA DANIEL | X | | | X | | |
| 03 | CARLOS ANDRÉ FRANÇA DE SOUZA (PAIM) | X | | | X | | |
| 04 | DANIEL CALDAS SOARES FERREIRA (DANDAN) | X | | | X | | |
| 05 | EMANUEL DELGADO DA SILVA (KAPITÃO) | X | | | X | | |
| 06 | ETIENNE COUTINHO MUSSO | X | | | X | | |
| 07 | GUSTAVO ROSSONI | X | | | X | | |
| 08 | JEAN CARLO GRATZ PEDRINI | Presidente | | | Presidente | | |
| 09 | JOSÉ EDILSON SPINASSÉ | X | | | X | | |
| 10 | JOSÉ GOMES DOS SANTOS (LULA) | X | | | X | | |
| 11 | JOSÉ MIGUEL VIEIRA ROSA (DEQUINHA) | X | | | X | | |
| 12 | LEANDRO RODRIGUES PEREIRA (LÉO PEREIRA) | X | | | X | | |
| 13 | MARCELO CABRAL SEVERINO (MARCELO NENA) | X | | | X | | |
| 14 | MÔNICA DE SOUZA PONTES | X | | | X | | |
| 15 | RENATO PEREIRA SOBRINHO | X | | | X | | |
| 16 | SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO (TIÃO) | X | | | X | | |
| 17 | VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA | X | | | X | | |

RESULTADOS:

Favoráveis: 16 votos

COMISSÃO DE JUSTIÇA
Contrários: 00 votos

Abstenção: 00 voto

Favoráveis: 16 votos

COMISSÃO DE FINANÇAS
Contrários: 00 votos

Abstenção: 00 voto


VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA
1º Secretário





MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 42ª Sessão Ordinária

Data: 01/12/2025

Proposição: Projeto de Lei nº 050/2025 – Institui a Comenda Pastor Gedelti Victalino Teixeira Gueiros, no Município de Aracruz, e dá outras providências.

| Nº | VEREADOR | PARECER DA COMISSÃO DE HONRARIAS | | |
|----|---|----------------------------------|------------|-----------|
| | | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| 01 | ADRIANA GUIMARÃES MACHADO | X | | |
| 02 | ALEX HANDER PEREIRA DANIEL | X | | |
| 03 | CARLOS ANDRÉ FRANÇA DE SOUZA (PAIM) | X | | |
| 04 | DANIEL CALDAS SOARES FERREIRA (DANDAN) | X | | |
| 05 | EMANUEL DELGADO DA SILVA (KAPITÃO) | X | | |
| 06 | ETIENNE COUTINHO MUSSO | X | | |
| 07 | GUSTAVO ROSSONI | X | | |
| 08 | JEAN CARLO GRATZ PEDRINI | | Presidente | |
| 09 | JOSÉ EDILSON SPINASSÉ | X | | |
| 10 | JOSÉ GOMES DOS SANTOS (LULA) | X | | |
| 11 | JOSÉ MIGUEL VIEIRA ROSA (DEQUINHA) | X | | |
| 12 | LEANDRO RODRIGUES PEREIRA (LÉO PEREIRA) | X | | |
| 13 | MARCELO CABRAL SEVERINO (MARCELO NENA) | X | | |
| 14 | MÔNICA DE SOUZA PONTES | X | | |
| 15 | RENATO PEREIRA SOBRINHO | X | | |
| 16 | SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO (TIÃO CORNÉLIO) | X | | |
| 17 | VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA (VILSON JAGUARETÉ) | X | | |

RESULTADOS:

COMISSÃO DE HONRARIAS

Favoráveis: 46 votos

Contrários: 00 votos

Abstenção: 00 voto

VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA
1º Secretário





MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 42ª Sessão Ordinária

Data: 01/12/2025

Proposição: Projeto de Lei nº 050/2025 – Institui a Comenda Pastor Gedelti Victalino Teixeira Gueiros, no Município de Aracruz, e dá outras providências.

| Nº | VEREADOR | PROJETO DE LEI Nº 050/2025 | | |
|----|---|----------------------------|-----|-----------|
| | | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| 01 | ADRIANA GUIMARÃES MACHADO | X | | |
| 02 | ALEX HANDER PEREIRA DANIEL | X | | |
| 03 | CARLOS ANDRÉ FRANÇA DE SOUZA (PAIM) | X | | |
| 04 | DANIEL CALDAS SOARES FERREIRA (DANDAN) | X | | |
| 05 | EMANUEL DELGADO DA SILVA (KAPITÃO) | X | | |
| 06 | ETIENNE COUTINHO MUSSO | X | | |
| 07 | GUSTAVO ROSSONI | X | | |
| 08 | JEAN CARLO GRATZ PEDRINI | Presidente | | |
| 09 | JOSÉ EDILSON SPINASSÉ | X | | |
| 10 | JOSÉ GOMES DOS SANTOS (LULA) | X | | |
| 11 | JOSÉ MIGUEL VIEIRA ROSA (DEQUINHA) | X | | |
| 12 | LEANDRO RODRIGUES PEREIRA (LÉO PEREIRA) | X | | |
| 13 | MARCELO CABRAL SEVERINO (MARCELO NENA) | X | | |
| 14 | MÔNICA DE SOUZA PONTES | X | | |
| 15 | RENATO PEREIRA SOBRINHO | X | | |
| 16 | SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO (TIÃO CORNÉLIO) | X | | |
| 17 | VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA (VILSON JAGUARETÉ) | X | | |

RESULTADOS:

Favoráveis: 16 votos

Contrários: 00 votos

Abstenção: 00 voto

VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA
1º Secretário



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200300032003200390037003400320036003A005000

Assinado eletronicamente por **Wellington Tobias Pereira** em 02/12/2025 14:14

Checksum: **8B727EBF346DB28EC189B0D79FB283F1C81A82289E5D924AAA53F3BCA83F0B8D**





PREFEITURA DE
ARACRUZ



Prefeitura de Aracruz | Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD | (27) 3270-7050 | 0800-283-9263 | www.aracruz.es.gov.br

Processo: 49328/2025 | Autor:

FOLHA DE DESPACHO

À Projeto de Lei Legislativo

Segue para providências.

Em 2 de dezembro de 2025

Protocolo Automático



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeitura.sem-papel.com.br/autenticidade> com o identificador 3400320033003600300032003800320052005400, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.